



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**A IDENTIDADE EUROPEIA E O EURO:
ANÁLISE COMPARATIVA DA MOEDA COMO UM SÍMBOLO
IDENTITÁRIO NOS ANOS 2002 E 2014**

ANGÉLICA SARAIVA SZUCKO

Artigo apresentado como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Relações Internacionais
pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof Dr. Maria Helena de Castro Santos

Brasília

2015

Resumo: Este artigo pretende estabelecer a correlação entre o Euro e a construção de uma identidade europeia como um processo de mão dupla, em que ambos os lados se influenciam mutuamente, bem como analisar a função da moeda comum como um símbolo identitário em dois anos distintos: em 2002, logo após o início da circulação do Euro; e em 2014, quando ainda é possível notar os efeitos da crise de 2008 e do alargamento da união monetária ao leste europeu. Em primeiro lugar, será exposto um breve quadro teórico sobre os estudos de integração europeia, destacando-se a importância da questão da identidade para melhor compreensão do processo como um todo. Em segundo lugar, serão elencadas algumas características da construção da identidade europeia com base nos resultados de estudos sobre o tema, especialmente com foco nas pesquisas coordenadas por Thomas Risse. Em terceiro lugar, será apresentado um histórico sobre o processo de construção da União Econômica e Monetária, culminando com a introdução do Euro, e realizar-se-á uma análise comparativa baseada nos dados das pesquisas de opinião do *Eurobarometer* sobre as percepções em relação à moeda comum em 2002 e em 2014, ressaltando-se os contextos de cada ano. Por fim, serão apontados alguns comentários conclusivos sobre o Euro como um símbolo identitário da União Europeia.

Palavras-chave: identidade europeia, Euro, União Europeia.

Abstract: This article aims to establish the correlation between the Euro and the construction of a European identity as a two-way process, in which both sides influence each other, and to analyze the role of the common currency as an identity symbol in two different years: in 2002, just after the start of the circulation of the Euro; and in 2014, when it is still possible to note the effects of the 2008 crisis and the extension of the monetary union to Eastern Europe. Firstly, a brief theoretical framework about the study of the European integration highlighting the importance of the identity question to better understand the process as a whole will be exposed. Secondly, some characteristics of the European identity construction based on the results of studies on the subject, specially focusing on the research coordinated by Thomas Risse, will be listed. Thirdly, the background of the construction process of the Economic and Monetary Union culminating with the introduction of the Euro will be presented, and a comparative analysis based on data from *Eurobarometer* opinion surveys on perceptions of the common currency in 2002 and 2014 will be carried out, highlighting the contexts of each year. Finally, some concluding comments will be appointed on the Euro as an identity symbol of the European Union.

Key words: European identity, Euro, European Union.

Introdução

A experiência europeia é largamente apontada como aquela que mais avançou em termos de estratégias de atuação coletiva e, por esta razão, serve de referência para grande parte dos estudos sobre cooperação e integração regional. Diferentemente de outros blocos regionais, o processo europeu vai além da cooperação econômica e comercial e consiste em uma integração muito mais ampla e abrangente, aproximando-se mais de um estágio de união política intergovernamental do que da definição corrente de bloco econômico. Embora a Europa seja um continente historicamente marcado por guerras e por inúmeras controvérsias políticas e comerciais e caracterizado por enorme diversidade cultural, a unificação europeia sugere-nos que é possível cooperar em torno de um objetivo e de um compromisso comum. A integração europeia está fundada tanto em um processo de consolidação institucional como na formação de uma comunidade supranacional com valores compartilhados. São esses motivos que a diferenciam dos demais processos de integração regional e que despertam crescente interesse por suas singularidades e pelos avanços na cooperação interestatal.

Esse processo de integração traz também diversos desafios internos para sua consolidação, e a construção de uma identidade compartilhada é fundamental como elemento legitimador do aprofundamento das relações europeias, ao mesmo tempo em que é elaborada e reforçada paulatinamente pelos próprios avanços da integração. A implementação de uma moeda comum, o Euro, não foi apenas uma decisão econômica, mas foi, sobretudo, um compromisso político dos Estados-membros de trabalharem conjuntamente para a promoção de uma integração mais profunda. As políticas adotadas pelos governos nacionais para atingirem os critérios de convergência¹ da União Econômica e Monetária evidenciam o esforço no estabelecimento desse acordo supranacional. É interessante observar que a vontade política de ceder ou de partilhar competências com o bloco está intrinsecamente relacionada à existência de alguma identificação que os indivíduos, singular e

¹ Os critérios de convergência estão expostos no n.º 1 do artigo 121.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia (TCE). São quatro critérios: estabilidade dos preços, sustentabilidade das finanças públicas, flutuações das taxas de câmbio dentro do previsto no Sistema Monetário Europeu e níveis das taxas de juros a longo prazo.

coletivamente, tenham em relação à União Europeia. Conforme será exemplificado posteriormente no artigo, isso explica a aversão britânica à adoção de uma moeda comum, o entusiasmo italiano nos primeiros anos do Euro e a preocupação germânica com a criação de uma moeda tão forte quanto o marco alemão.

A construção de uma identidade europeia é permeada pelos matizes nacionais e influenciada pelas percepções particulares de “*self*” e de “*other*”. Desta forma, o significado de “ser europeu” varia de país a país, e a solidez dessa identidade coletiva está fundada nas crenças quanto à eficiência do bloco em promover os próprios interesses nacionais dos envolvidos, por meio da consolidação dos processos institucionais da comunidade europeia. Ao longo dos últimos anos, o Euro contribuiu para a construção de uma identidade europeia e, hoje, é um dos símbolos mais tangíveis da presença da União Europeia no dia a dia da população. No entanto, a crise financeira mundial, que atingiu a economia do bloco, deteriorou, em certa medida, a confiança de alguns dos países-membros na política monetária comum, visto que esta limita a capacidade de reação individual de cada Estado em momentos de instabilidade econômica.

De acordo com pesquisa do *Eurobarometer* em 2014, a cultura (27%) e a economia (20%) são apontadas como os principais fatores que podem contribuir para a criação de um sentimento de comunidade entre os cidadãos europeus (COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p.17-19). Em 12 dos 28 países, a economia é apontada como o elemento que tem mais a contribuir para o sentimento de pertencimento à comunidade europeia. Por este motivo, o estudo do Euro e da política monetária única é pertinente quando se trata da temática da construção da identidade europeia. Em 2002, quando as moedas e as notas de Euro entraram em circulação, o presidente da Comissão Europeia declarou que:

“To millions of European citizens, the Euro notes and coins in their pockets are a concrete sign of the great political undertaking of building a united Europe... So the Euro is becoming a key element in people’s sense of shared European identity and common destiny.” (PRODI, 2002 apud HYMANS, 2006).

Este artigo pretende demonstrar a relação entre o Euro e a construção de uma identidade europeia como uma via de mão dupla, na qual ambos os lados se influenciam, bem como analisar a função da moeda comum como um símbolo identitário em dois anos distintos: em 2002, logo após o início da circulação da

moeda; e em 2014, quando ainda é possível notar os efeitos da crise de 2008 e do alargamento da união monetária ao leste europeu. Com o intuito de atingir estes objetivos, primeiramente será exposto um breve quadro teórico sobre os estudos de integração europeia, destacando-se a importância do estudo da questão de identidade para melhor compreensão do processo como um todo. Em segundo lugar, serão elencadas algumas características da construção da identidade europeia com base nos resultados de estudos sobre o tema, com enfoque especial para as pesquisas coordenadas por Thomas Risse. Posteriormente, será apresentado um histórico do processo de construção da União Econômica e Monetária, culminando com a introdução do Euro, e realizar-se-á uma análise comparativa baseada nos dados das pesquisas de opinião do *Eurobarometer* sobre as percepções em relação à moeda comum nos anos de 2002 e 2014, ressaltando-se os contextos de cada período. Ao final, serão traçados alguns comentários conclusivos sobre o Euro como um marco identitário da União Europeia e como um mecanismo aglutinador e legitimador de um processo de integração mais profundo.

1. Quadro teórico sobre os estudos de integração europeia

A temática da integração regional está presente em uma vasta literatura, e diferentes abordagens teóricas possuem conceitos úteis que nos ajudam a compreender melhor a construção europeia. Diversos fatores internos e externos, como a vontade política de evitar uma nova guerra continental, a estreita cooperação em mercados estratégicos e a necessidade de fortalecer-se como um ator político importante em um cenário inicialmente bipolar, foram relevantes para a construção das comunidades europeias, conforme aponta grande parte da literatura especializada (RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira, 2009). A complexidade do processo de integração europeu abriu espaço para emergência de novas perspectivas teóricas ao longo dos anos de modo a incluir temáticas anteriormente não abordadas, como a questão identitária. Segundo Ramos et al. (2009), os estudos de integração regional relacionados ao processo europeu podem ser divididos em quatro fases que não necessariamente se sucedem no tempo.

De fato, algumas perspectivas continuam existindo e se desenvolvendo mesmo após o surgimento das demais.

A primeira fase possuía um caráter majoritariamente normativo e relacionava-se com a ideia de prevenção de uma nova guerra na região. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o funcionalismo e o federalismo surgiram como alternativas para a construção de relações pacíficas na Europa. Enquanto o federalismo entendia que iniciativas políticas para a construção de estruturas federais supranacionais, na forma de uma união federal entre os Estados europeus, eram o caminho para paz europeia, o funcionalismo afirmava que a cooperação interestatal em áreas técnicas e funcionais específicas, por meio de organizações internacionais, conduziria a um sistema mais próspero e pacífico.

A segunda fase, por sua vez, caracteriza-se por tentativas teóricas de identificação da força motriz do processo de integração europeu. De acordo com os neofuncionalistas, a construção europeia explicava-se pela integração gradual em setores específicos, no caso o econômico, que geraram um efeito de transbordamento (*“spill over effect”*) para outras áreas. Os transnacionalistas, a seu turno, acreditavam que a integração era resultado da aprendizagem no processo de interação comunicativa entre as comunidades nacionais e que, desta forma, os indivíduos estariam abertos ao estabelecimento de novos padrões de comportamento que facilitariam a aproximação e a cooperação. Por fim, os intergovernamentalistas destacavam a centralidade do Estado neste processo e explicavam a construção europeia como derivada das decisões racionais de cada país com vistas a atender seus interesses nacionais. Em outras palavras, os Estados só cooperavam quando isso atendia seus interesses individuais.

A terceira fase dos estudos de integração regional amplia o escopo de análise e de reflexão ao introduzir a discussão de novas temáticas referentes ao funcionamento dos processos internos do sistema europeu, como suas regras, suas práticas e suas instituições. Neste período, destacam-se três perspectivas. O intergovernamentalismo liberal, uma reformulação de sua vertente clássica, sob uma perspectiva liberal, caracteriza-se pela análise em jogos de dois níveis: no nível interno, investiga a formação das preferências nacionais dos Estados; no externo, examina o processo de barganhas intergovernamentais. O institucionalismo histórico

foca-se nos efeitos que as instituições produzem ao longo do tempo, ou seja, em suas capacidades de constranger ou de estimular determinados comportamentos dos atores. Sendo assim, para os institucionalistas, a integração europeia não é somente resultado das barganhas interestatais, como também é consequência de processos e de evoluções diárias dentro das próprias instituições europeias. Outra perspectiva que se destacou nesse período foi a da governança multinível, que entende que a integração europeia alterou as relações dos Estados soberanos tanto com seus nacionais quanto com as instituições supraestatais, de modo que se observam uma dispersão do processo decisório em diferentes níveis e a presença de diversos atores, para além dos Estados, interagindo em uma rede complexa.

A quarta fase dos estudos de integração regional preocupa-se essencialmente com o processo de construção europeia, enfatizando seus momentos de aprofundamento e de alargamento, bem como suas implicações normativas. Neste período, destacam-se as novas abordagens teóricas das relações internacionais, como o construtivismo e as perspectivas neogramscianas.

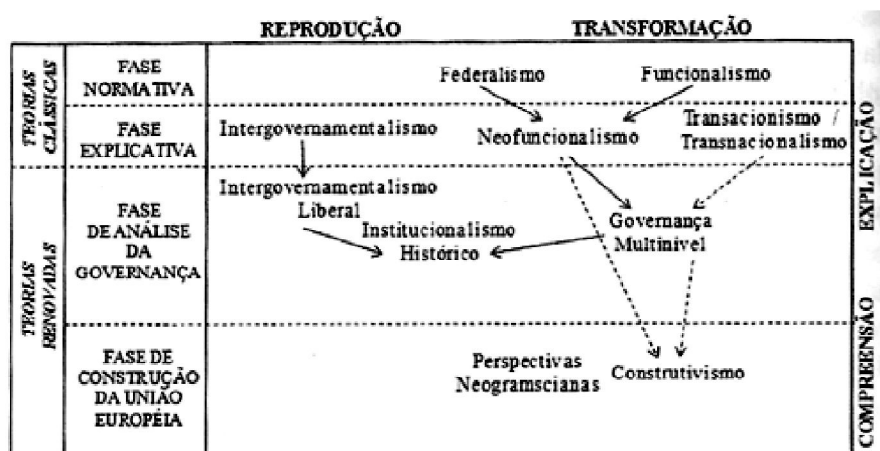
O construtivismo, em geral, assume a premissa de que as estruturas da política internacional são resultados das interações sociais e, desta forma, são dinâmicas e passíveis de transformações. Para os construtivistas, as instituições, além de moldarem os incentivos dos atores para a cooperação, também contribuem para a definição de suas identidades e de seus comportamentos. Sendo assim, quanto mais o contexto social europeu for afetado pela integração, mais os atores se sentirão identificados com ele. Isto poderia explicar os diferentes níveis de identificação dos nacionais dos Estados-membros, de acordo com o papel que estes entes assumem dentro do contexto da integração europeia. Ademais, o construtivismo entende que a constituição de uma identidade coletiva passa pela criação de mitos e de símbolos compartilhados.

As perspectivas neogramscianas, por sua vez, aplicam o método materialista-histórico para compreender as relações sociais também no sistema internacional. Sendo assim, as forças sociais, engendradas pelo processo de produção, são considerados os principais atores coletivos, que, inseridos em uma estrutura mais ampla, moldam seus interesses e suas identidades. Os neogramscianos entendem que as ideias exercem um papel importante no processo de integração, ao

passo que fazem parte de uma estrutura que define significados intersubjetivos, os quais condicionam tanto a forma de pensar dos indivíduos quanto como estes interpretam as realidades concretas e vislumbram possibilidades de mudança.

Por muitos anos, os estudos de integração regional resumiam-se à dicotomia entre intergovernamentalistas e supranacionalistas (estadocêntricos e não estadocêntricos): o debate girava em torno de qual deveria ser o papel assumido pelo Estado no processo de construção da cooperação regional. Com as novas perspectivas que emergiram nos anos 90, surgiram dois novos eixos para interpretar os processos de integração. O primeiro eixo divide as teorias de integração regional entre aquelas que procuram reproduzir as características dos Estados e do sistema internacional e aquelas que entendem a integração como um processo transformador do Estado e de suas relações na esfera global. O segundo eixo relaciona-se com a decisão de qual perspectiva deve ser adotada para observar os fenômenos sociais e distingue as teorias entre aquelas com orientação positivista, baseada nas ciências naturais, que defendem que o observador está distante dos fenômenos e busca explicá-los sem interagir com eles, e aquelas que são inspiradas na história e que têm orientação pós-positivista, em que o observador, integrado aos fenômenos sociais, procura vê-los de dentro, para, então, entender seus significados.

Observa-se que as fases da teoria da integração fazem interfaces com os próprios debates teóricos que existiram no campo das relações internacionais. Em uma síntese esquemática, as teorias de integração regional podem ser representadas da seguinte forma:



Fonte: RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira, 2009.

Conforme o panorama apresentado, a integração regional europeia foi modificando seus objetivos, seus interesses, seus valores e suas identidades ao passo que novos temas da relação interestatal foram surgindo e que novas instituições foram criadas para atender tais demandas. Por estas razões, a atual configuração da União Europeia já não pode ser explicada apenas pelas teorias clássicas das relações internacionais, e esforços teóricos inovadores são necessários no sentido de melhor compreendê-la.

Fundamentando-se no marco teórico construtivista e na assunção de que as identidades importam para os resultados políticos e não podem ser negligenciadas, este artigo procura demonstrar, como já indicado, como a relação entre a adoção do Euro e a construção de uma identidade europeia funciona em uma via de mão dupla resultante do processo de consolidação institucional. De acordo com os construtivistas, as instituições são importantes no processo de socialização porque afetam a constituição de preferências, de interesses e de identidades coletivas, moldando os papéis dos atores envolvidos nessa interação de diferentes formas. Nesse sentido, a União Econômica e Monetária pode ser compreendida como uma instituição, visto que estrutura as relações e rege os comportamentos de um determinado grupo de países. No processo de construção dessa União, em que se substituíram as moedas nacionais pelo Euro, os Estados-membros precisaram revisar suas políticas domésticas, para atender aos critérios de convergência, os quais definem metas econômicas e mecanismos para o processo de transição,

2. Considerações sobre a identidade europeia

O conceito de identidade neste trabalho está relacionado à ideia de identidade social, ou seja, o sentimento de pertencimento a um determinado grupo. Segundo Michael Pollack (1992), a identidade é a imagem de si para si mesmo e para os outros; desta forma, a formação de uma identidade é um fenômeno que se reproduz em referência aos outros e a critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade. Sendo assim, as identidades referem-se a representações e a crenças coletivas compartilhadas sobre a definição de certo grupo e de seus integrantes. O conceito de “comunidades imaginadas”, cunhado por Benedict Anderson, evidencia

que as comunidades são socialmente construídas e imaginadas pelas pessoas que se percebem como parte desse grupo. Nesse sentido, tanto a Europa como os Estados nacionais são comunidades imaginadas, e suas identidades são construções sociais partilhadas por seus membros. Ademais, existe um relativo consenso na literatura especializada de que os indivíduos carregam identidades sociais múltiplas (RISSE, 2002, p.2), ou seja, é possível sentir-se parte de mais de uma identidade ao mesmo tempo.

De acordo com Thomas Risse (2003), existem quatro formas diferentes de conceber a interação entre identidades: 1) aninhadas, como círculos concêntricos ou bonecas russas em que uma identidade mais restrita faz parte de uma mais ampla; 2) cruzadas, na qual parte dos membros de um grupo identitário também pertence a outro grupo; 3) separadas, quando não há sobreposição de identidades; 4) pertencentes ao modelo do bolo marmorizado, no qual vários componentes das identidades estão mesclados e emaranhados uns nos outros, e não é possível separá-las em diferentes níveis como sugerem as abordagens de identidades aninhadas ou cruzadas. Para Risse, o modelo do bolo marmorizado é o que melhor se aplica ao caso europeu, visto que a identidade europeia é permeada por elementos das identidades nacionais e vice-versa. No caso da Alemanha, por exemplo, a construção da identidade germânica no pós-Segunda Guerra Mundial está intrinsecamente ligada à rejeição do passado militar nacionalista e à associação com a ideia de uma Europa unida, conforme evidencia a célebre frase de Thomas Mann: *We do not want a German Europe, but a European Germany*” (RISSE, 2002, p. 12).

É interessante observar que o impacto da União Europeia nas identidades coletivas tende a variar de acordo com o grau de imersão da integração europeia na consciência coletiva dos cidadãos. Por este motivo, o significado de “ser europeu” difere de país para país, e a presença de um elemento mais palpável, como uma moeda comum, auxilia na internalização dessa identidade compartilhada. O processo de integração regional conduz a uma constante reconstrução da própria identidade europeia, que, por sua vez, impulsiona ou refreia a evolução da própria integração. Em outras palavras, a consolidação institucional da integração europeia propicia um ambiente mais favorável para a construção de uma identidade comunitária, ao passo

que essa mesma identidade atua como uma força motriz no aprofundamento da integração regional.

Embora ainda seja muito difícil definir o que se entende por identidade europeia, estudos recentes apontam alguns elementos importantes sobre o sentimento de pertencimento à União Europeia. A primeira, e talvez mais importante, característica consiste no reconhecimento de que a existência de uma identidade europeia não pressupõe o abandono das identidades nacionais. Conforme já explicitado, os indivíduos carregam identidades múltiplas, e os dados do *Eurobarometer* comprovam que a maioria dos cidadãos da União Europeia se identifica com mais de uma identidade. De acordo com a pesquisa realizada em 2014, 51% da população do bloco identificou-se primeiramente como nacional de seus respectivos países, mas também como europeu (opção “nacional e europeu”), ao passo que 6% escolheram a opção “europeu e nacional” (COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p.12)

Além disso, estudos coordenados por especialistas em União Europeia indicam que as elites político-econômicas do bloco estão mais propensas a se identificarem com uma identidade compartilhada, enquanto a população em geral assume uma postura de maior ceticismo em relação à integração regional (RISSE, 2003). Isto ocorre porque as instituições europeias têm uma existência real mais presente no cotidiano das elites do que no dos cidadãos ordinários, os quais se sentem distantes desse processo. Não obstante alguns símbolos europeus como a moeda comum e a cidadania europeia afetem diariamente a população, esta ainda se sente alijada dos centros de poder e de tomada de decisão da União Europeia. Além disso, vale ressaltar também que grande parte da legislação comunitária é aplicada por órgãos nacionais, o que dificulta a percepção dos cidadãos sobre a interferência da comunidade supranacional no seu dia a dia.

Outro ponto interessante e que merece ser destacado é a fluidez da identidade europeia. As identidades, em geral, definem os limites de um determinado grupo, isto é, quem pertence ou não a este grupo; contudo, os limites da identidade europeia não estão claramente definidos, e existem muitas dificuldades em medi-la. A existência de diferentes espaços denominados europeus, como a União Europeia, a

Zona Euro, o Acordo Schengen² ou, ainda, o continente Europa, dificultam a determinação dos limites e da extensão da identidade europeia. Nesse artigo, a identidade europeia deve ser compreendida em termos de União Europeia, visto que se procura demonstrar como o processo de integração regional e de consolidação institucional contribuiu para a construção de uma identidade compartilhada.

Por estes motivos, o conceito de identidade europeia, neste estudo, possui um caráter muito mais cívico-institucional do que histórico-cultural, uma vez que se relaciona, sobretudo, com a existência de uma estrutura política e de símbolos compartilhados no nível da União Europeia, como uma bandeira, um hino e uma moeda comuns, e, apenas em menor medida, com o sentimento de pertencimento a uma nação ou a uma comunidade imaginada europeia. De acordo com Risse (2002, p. 3), a identidade cívica é mais circunscrita e relaciona-se à identificação dos cidadãos com uma estrutura política particular, a exemplo do bloco europeu. Essa distinção nos permite diferenciar entre a identificação, de um lado, com a União Europeia como uma entidade cívica e política distinta, e de outro, com uma Europa como um espaço social mais abrangente definido historicamente e culturalmente.

Risse evidencia que os resultados de pesquisas de opinião sugerem que a Europa como um espaço político é identificada como a União Europeia, e, nesse sentido, o bloco assume uma relativa “hegemonia identitária” ao definir a região em termos políticos. A crescente presença da União Europeia no cotidiano da população tende a afetar a identificação desta com a Europa como uma comunidade política, e o Euro exerce um papel fundamental nesse processo de internalização. Ao mesmo tempo, o apoio à integração europeia e o sentimento de pertencimento a essa Europa comunitária impulsionam o aprofundamento e a consolidação institucional do bloco.

3. Análise comparativa do Euro como símbolo identitário nos anos 2002 e 2014

3.1 Panorama histórico da integração econômica europeia

² O Acordo Schengen consiste em um tratado referente a uma política de abertura de fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários. Atualmente, 26 países fazem parte do acordo: Islândia, Liechtenstein, Noruega, Suíça e mais 22 dos 28 membros da União Europeia (Irlanda e Reino Unido mantém a opção de exclusão enquanto Bulgária, Croácia, Chipre e Romênia são legalmente obrigados a aderir ao acordo, pois o Tratado de Amsterdã o incorporou a legislação bloco).

A introdução de uma moeda comum é, indubitavelmente, um dos mais significativos movimentos rumo à integração europeia (RISSE, 1999, pg. 148). A utilização de uma determinada unidade monetária não se restringe apenas a fatores econômicos e financeiros, mas faz parte também de um processo maior de construção identitária, uma vez que é um símbolo que afeta diariamente o cotidiano das pessoas. A adoção do Euro representou um enorme avanço em direção a uma Europa mais unificada e comunitária, porque exige um rigoroso compromisso dos Estados-membros em relação a uma política monetária única conduzida pelo Banco Central Europeu.

A introdução do Euro ocorreu em um processo decorrente do aprofundamento do mercado comum. Com o intuito de melhorar a eficácia deste, a adoção de uma moeda única trazia benefícios tanto para os consumidores quanto para os empresários, ao eliminar os custos das operações de câmbio, ao aumentar a transparência dos preços, ao facilitar o comércio internacional e ao conferir um peso maior à União Europeia no cenário internacional. Conforme indicadores de 2013, a Zona Euro correspondia a 13,1% do PIB mundial contra 19,3% dos Estados Unidos, 18,4% da União Europeia e 15,4% da China (Anexo 1). Ademais, atualmente, 25% das reservas mundiais estão guardadas em Euro (EUROPEAN COMMISSION, 2015-b, p. 16). Estes dados evidenciam a força da União Econômica e Monetária, bem como o poder de atração do Euro como reserva de valor e justificam a escolha da moeda comum como uma das principais variáveis deste trabalho.

A classificação clássica dos processos de integração econômica foi teorizada pelo economista húngaro Béla Balassa. Ela pode ser dividida, basicamente, em seis etapas, de acordo com a diminuição das barreiras comerciais entre os participantes, a saber: 1) sistema de preferências aduaneiras, com a redução de algumas barreiras tarifárias; 2) área de livre comércio, com a eliminação das tarifas alfandegárias entre os países-membros; 3) união aduaneira, com o estabelecimento de uma tarifa externa comum; 4) mercado comum, com a livre circulação de bens, capital, trabalho e serviços; 5) união econômica e monetária, com a introdução de uma moeda única e uma política monetária comum; 6) integração econômica total, com políticas econômicas e fiscais harmonizadas (EUROPEAN COMMISSION, 2015-b, p.1).

Atualmente, a União Europeia é o exemplo mais avançado no que se refere à integração econômica e encontra-se entre os estágios quatro e cinco, visto que nem todos os países do bloco fazem parte da Zona Euro. O estabelecimento da atual União Econômica e Monetária (UEM) derivou do desejo de uma integração econômica europeia mais profunda, que surge no final dos anos 1960. O processo de formação da UEM pode, então, ser compreendido em quatro fases: 1) do Tratado de Roma ao Relatório Werner (1957-1970); 2) do Relatório Werner ao Sistema Monetário Europeu (1970-1979); 3) do Sistema Monetário Europeu ao Tratado de Maastricht (1979-1991); 4) do Tratado de Maastricht ao Euro (1991-1999) quando parte dos países da União Europeia finalmente atingiu o quinto estágio da classificação de Balassa. (EUROPEAN COMMISSION, 2015-b, p. 2).

Logo após a assinatura do Tratado de Roma, os países europeus confiavam na estabilidade do ouro e do dólar como padrões monetários dominantes, entretanto as instabilidades do final da década de 1960 no sistema de Bretton Woods contribuíram para que as comunidades europeias estabelecessem, em 1969, o objetivo de construir uma União Econômica e Monetária, de modo a assegurar um ambiente favorável ao crescimento da região. O grupo liderado pelo primeiro-ministro de Luxemburgo, Pierre Werner, elaborou um relatório sobre como alcançar a UEM até 1980. O relatório Werner estabelecia um processo de três estágios para atingir a UEM no período de dez anos, com a possibilidade de criação de uma moeda única. Para atingir este objetivo seria necessária uma maior aproximação e a coordenação das políticas econômicas entre os países do bloco.

A partir de 1971, os Estados-membros concordaram em iniciar o primeiro estágio do relatório Werner, que consistia no estreitamento das flutuações cambiais; no entanto, as instabilidades dos mercados internacionais, em especial o enfraquecimento da moeda americana após o fim do padrão dólar-ouro e as crises do petróleo, dificultaram a aproximação das moedas dos países das comunidades europeias. Em 1979, foi lançado o Sistema Monetário Europeu, que atrelava as moedas dos países-membros por meio da Unidade de Conta Europeia (*European Currency Unit*)³, de maneira a administrar as flutuações cambiais, em substituição ao

³ Uma cesta formada pela média ponderada das moedas partes do Sistema Monetário Europeu.

modelo anterior, conhecido como “serpente no túnel (*“snake in the tunnel”*)”⁴, que controlava as flutuações cambiais europeias com base no dólar.

O Sistema Monetário Europeu, por intermédio do Mecanismo de Taxas de Câmbio (*Exchange Rate Mechanism*), funcionou com sucesso por mais de uma década, coordenando as políticas monetárias entre os Estados-membros, e deu novo estímulo às negociações sobre a formação de uma União Econômica e Monetária. O Relatório Delors, resultado do grupo de trabalho liderado pelo então presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, indicava que a UEM poderia ser alcançada em três etapas. A primeira etapa compreendia o período entre 1990 e 1994 e tinha por objetivo fortalecer o mercado interno, remover as restrições para uma maior integração financeira e coordenar as políticas econômicas dos países-membros. Em 1992, foi assinado o Tratado de Maastricht, o qual determinava os critérios de convergência para que a UEM fosse alcançada até o final da década. Esses critérios estabeleciam um padrão mínimo de estabilidade econômica e sustentabilidade das finanças públicas para que os países estivessem aptos a adotar uma moeda única (Anexo 2). A segunda etapa da União Econômica e Monetária iniciou-se em 1994 e durou até 1999. Durante esse período, os países-membros avançaram na convergência das políticas econômicas e no cumprimento dos critérios de Maastricht, de modo a darem sequência à transição para uma moeda única. Por fim, a terceira etapa teve início a partir de 1999, com a introdução do Euro, e segue em curso com as novas adesões à Eurozona. (EUROPEAN COMMISSION, 2015-b, p.4-7).

O processo de adoção de uma moeda comum ocorreu em duas fases distintas. Primeiramente, em 1º de janeiro de 1999, o Euro tornou-se a moeda oficial de onze Estados-membros e passou a ser utilizado para fins contábeis e virtualmente nas operações que não exigiam meios de pagamento físicos, enquanto as moedas nacionais ainda circulavam. Posteriormente, em 1º de janeiro de 2002, as moedas e as notas de Euro foram introduzidas em substituição às nacionais. É interessante observar que as moedas de Euro procuram refletir o lema da União Europeia, “Unidos na diversidade”, uma vez que as mesmas apresentam uma face com um desenho comum simbolizando o bloco e outra com um design específico de cada país da Zona Euro (Anexo 3). Esse detalhe comprova o esforço em construir uma

⁴ O modelo de “serpente no túnel” era um mecanismo que impunha limites de flutuação das moedas (serpentes) em relação ao dólar (túnel).

identidade europeia sem priorizá-la em detrimento da nacional e demonstra que ambas podem e devem coexistir harmonicamente.

Ademais, segundo Hymans (2006), a iconografia, isto é, os valores, temas e conceitos representados artisticamente por meio de imagens, das cédulas de Euro, também é relevante para a construção da identidade europeia. As notas de Euro trazem imagens de tipos ideais, e não de monumentos existentes, de diferentes épocas cronológicas da história arquitetônica europeia⁵: € - clássico; €10 - romântico; €20 - gótico; €50 - renascentista; €100 - barroco e rococó; €200 - arquitetura em ferro e vidro do século XIX; €500 - arquitetura moderna do século XX. De um lado da cédula, aparecem essas representações de tipos ideais de janelas, arcadas e portais, que, de acordo com o Banco Central Europeu, simbolizam o espírito europeu de abertura e de cooperação. Do outro lado da nota, encontram-se representações tipos ideais de pontes, aquedutos e viadutos, que remetem à ideia de comunicação da Europa com o restante do mundo (HYMANS, 2006). Além disso, as cédulas ainda trazem um mapa da Europa Central e Ocidental com vagas fronteiras a leste, o que pressupõe a possibilidade de novos alargamentos, mas claras fronteiras ao sul.

Ao final de 2012, o Banco Central Europeu anunciou que lançaria uma nova série de cédulas de Euro (série “Europa”)⁶, a começar pela nota de €, com três novos elementos de segurança. O design dessas novas notas leva em consideração os países que aderiram à União Europeia em 2004 e 2007. Por este motivo, inclui: 1) a designação da moeda Euro em caracteres do alfabeto latino (EURO) e grego (ΕΥΡΩ), bem como do cirílico (ЕВРО), dada a entrada da Bulgária no bloco; 2) um mapa revisto da Europa, englobando Chipre e Malta; e 3) a sigla do Banco Central Europeu em nove variantes linguísticas. As novas cédulas de € entraram em circulação em 2 de maio de 2013; as de €10, em 23 de setembro de 2014; e as demais serão introduzidas gradualmente ao longo dos anos em ordem ascendente⁷. A presença de imagens ideais de diferentes períodos arquitetônicos europeus, juntamente com elementos pátrios dos países-membros, ressalta, mais uma vez, a

⁵ Os desenhos das cédulas de Euro são subordinados ao tema “épocas e estilos na Europa”. O design foi escolhido a partir de um concurso realizado pelo Conselho do Instituto Monetário Europeu.

⁶ O retrato da deusa grega Europa foi incorporado em alguns dos elementos de segurança da segunda série de cédulas de Euro. Desta forma, as novas notas ficaram conhecidas como “série Europa”.

⁷ Fonte: <http://www.novas-notas-de-euro.eu/>. Acesso em: 23/02/2015

preocupação em abarcar as referências das identidades nacionais dentro do processo de construção da identidade europeia.

Atualmente 19 dos 28 países da União Europeia fazem parte da Zona Euro (Anexo 4). À exceção do Reino Unido e da Dinamarca, que acordaram uma opção de exclusão no Tratado de Maastricht, o qual determinou as bases para a União Econômica e Monetária, dispensando-os da participação na Zona Euro, todos os demais Estados-membros da União Europeia são legalmente obrigados a aderir à moeda comum assim que sejam atendidos os critérios de convergência. A Suécia tem contornado essa exigência mediante o não cumprimento dos critérios mencionados. Para os demais países, que entraram no bloco após o estabelecimento da UEM, aplica-se o critério de Copenhague referente ao acervo comunitário (*acquis communautaire*). Os critérios de Copenhague definem as condições necessárias para adesão de um novo membro à União Europeia. São eles: 1) o político, que consiste na existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos; 2) o econômico, que se relaciona à existência de uma economia de mercado que funcione efetivamente; 3) o acervo comunitário, que se refere à capacidade de aderir à base comum de direitos e de obrigações que vincula todos os Estados-membros da União Europeia. Este último determina que os novos Estados-membros devem aderir ao que foi previamente estabelecido pelos demais membros da União Europeia. Em outras palavras, trata-se de um alinhamento legislativo, o qual pode ser dividido em capítulos para cada nova admissão. Sendo assim, alguns países que adentraram o bloco nos alargamentos ocorridos após 1999, como Eslovênia, Chipre, Malta, Eslováquia, Estônia e Letônia, já utilizam a moeda comum, enquanto outros estão em processo de adesão, pois ainda não cumprem todos os critérios de convergência. A mais recente inclusão à Zona Euro foi a da Lituânia, em 1º de janeiro de 2015 (Anexo 5).

3.2 A euforia do Euro em 2002

Em artigo publicado em 2002, para ser apresentado na Conferência “O ano do Euro” entre os dias 6 e 8 de dezembro na Universidade de Notre Dame, Thomas Risse (2002, p.1) propôs-se a demonstrar a relação entre as identidades políticas europeias e o processo de adesão ou não à moeda única. O autor utilizou dados de

pesquisas de opinião realizadas pelo *Eurobarometer* meses após a introdução das notas e das moedas de Euro em alguns países da União Europeia e concentrou sua análise em três casos: o italiano, o alemão e o britânico. Para Risse, o Euro, embora ainda muito recente em 2002, já teria deixado uma marca na construção da identidade europeia, devido ao sentimento de “grupalidade” (conceito sócio-psicológico de *entitativity*) que este proporciona aos países-membros da União Econômica e Monetária e de reificação de uma comunidade política imaginada, a Zona Euro e, por associação, a União Europeia, no cotidiano dos cidadãos.

De acordo com pesquisa do *Eurobarometer* que indagava, em 2002, o significado da União Europeia, 50% da população do bloco indicaram a facilidade de viagens, 49% citaram o Euro e apenas 32% mencionaram a paz entre os países (EUROPEAN COMMISSION, 2002, p.53). Estes dados evidenciam como, em pouco tempo, o Euro tornou-se um dos mais importantes símbolos da integração europeia na percepção dos cidadãos. Em contrapartida, esta mesma pesquisa apontava uma grande discrepância entre os países-membros e não membros da Eurozona em relação à introdução da moeda única. Enquanto, 75% da União Econômica e Monetária apoiavam o Euro, e 53% acreditavam que a nova moeda seria boa para a União Europeia, 47% da população dos países não membros da Eurozona enxergavam o Euro como algo ruim e 50% eram contra a adesão à moeda (EUROPEAN COMMISSION, 2002, p. 75-79).

A Itália era o país mais entusiasmado com a introdução da nova moeda, e 69% dos italianos afirmavam sentirem-se mais europeus ao utilizarem o Euro (GALLUP EUROPE, 2002b, p. 46 apud RISSE, 2002, p.9). Essa euforia com a união monetária estava relacionada à construção identitária italiana, que vislumbrava, na integração europeia, uma oportunidade de escapar de seus problemas domésticos. Nesse sentido, a União Europeia, como um sinônimo de boa governança, opunha-se à política mal conduzida por Roma, e o projeto de União Econômica e Monetária propiciava as condições necessárias para realização das reformas nas finanças públicas nos anos 1990, de modo a habilitar o país para a adoção do Euro. É interessante notar que a campanha favorável à moeda única utilizava o slogan “*Entrare l’Europa*” como se a Itália, um dos membros fundadores das comunidades europeias, precisasse fazer parte da união monetária para sentir-se verdadeiramente

européia (RISSE, 2002, p. 11). Para os italianos, o Euro significava um forte símbolo identitário europeu e evidenciava o profundo processo de integração do bloco.

A Alemanha apresentava um perfil mais cauteloso e pouco entusiasmado com a nova moeda, embora apoiasse sua introdução. O receio germânico residia nas incertezas em relação à força e à estabilidade do Euro quando comparados à sua moeda nacional, o marco alemão. Por estes motivos, a Alemanha foi o principal país a insistir para que os critérios de convergência estabelecidos no Tratado de Maastricht fossem rigidamente cumpridos, de modo a evitar futuras instabilidades na união monetária. Ademais, as instituições da União Econômica e Monetária, em especial o Banco Central Europeu, que se localiza em Frankfurt, foram criadas à semelhança do padrão alemão. Apesar da apreensão da Alemanha quanto ao cumprimento dos critérios necessários para a substituição das moedas nacionais, o Euro era interpretado como parte de um projeto político maior, a integração europeia, e, por esta razão, contava com o apoio majoritário dos diferentes partidos. Conforme já mencionado anteriormente, a reconstrução da identidade alemã no pós- Segunda Guerra Mundial incorporou a ideia de uma Europa unida e pacífica em oposição ao seu passado nacional-militarista. O chanceler alemão Helmut Kohl sistematizou esse pensamento na seguinte equação: *“support for the Euro = support for European integration = good Europeanness = good Germanness = overcoming the German militarist and nationalist past”* (RISSE, 2002, p. 13). Nesse sentido, o Euro simbolizava o ápice dessa integração europeia, na qual os Estados se comprometiam com uma política monetária única e substituíam suas moedas nacionais por unidades monetárias comuns.

Ao contrário de italianos e alemães, a construção identitária do Reino Unido não foi fortemente afetada pelo processo de integração europeia, o que explica o constante ceticismo britânico em relação ao Euro - 52% da população se opunham à moeda comum, em 2002 (EUROPEAN COMMISSION, 2002, p.76) - e a falta de identificação com a Europa como uma comunidade supranacional. Enquanto, na Itália e na Alemanha, a ideia de Europa está embutida nos entendimentos das identidades nacionais, no Reino Unido, observa-se um predomínio da identidade nacional - 62% identificam-se apenas como nacionais (EUROPEAN COMMISSION, 2002, p.60) - em detrimento do sentimento de pertencimento à

União Europeia. A construção da imagem nacional do Reino Unido dá-se em oposição ao continente e com base na reafirmação da singularidade e da superioridade britânica. Sendo assim, a atitude do país em relação ao Euro não é surpreendente, dado o histórico de seu relacionamento sempre distanciado com a União Europeia e a primazia da libra esterlina no subconsciente de sua população.

Em síntese, Thomas Risse procurou evidenciar, em seu artigo de 2002, que o Euro constituiu um passo simbólico na criação de uma ordem política, econômica e social da União Europeia. Ademais, o autor demonstrou que o Euro afeta as identidades por meio do sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginada, assim como as próprias identidades nacionais, a exemplo dos casos italiano, alemão e britânico, delimitam as percepções em relação à adoção dessa moeda comum. Passada a euforia inicial da introdução do Euro, a próxima seção pretende analisar a percepção atual dos cidadãos da União Europeia sobre a moeda comum, após os efeitos dos alargamentos de 2004, 2007 e 2013 e da crise mundial de 2008.

3.3 O Euro e a identidade europeia em 2014

Entre o final de 2001 e o início de 2002, o número de cidadãos da Zona Euro que concordavam com a afirmação de que “ao utilizarem o Euro, ao invés das suas respectivas moedas nacionais, sentiam-se um pouco mais europeus” saltou de 51% para 64% (GALLUP EUROPE, 2002b apud RISSE, 2002, p.1). Na recente pesquisa de 2014 do *Eurobarometer*, apenas 24% dos entrevistados ainda concordam com esta afirmação, embora 57% afirmem que o Euro é bom para o seus países e 69% concordem que a moeda comum é boa para a União Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2014, p. 7-15). Estes dados demonstram o entusiasmo da população nos primeiros anos de utilização da moeda comum e a posterior desilusão devido às crises e às dificuldades que a moeda comum vem enfrentando.

A crise da dívida soberana europeia teve sua origem na crise financeira mundial de 2008, mas foi consequência também de uma combinação de fatores que incluem a crescente globalização dos mercados financeiros, a facilidade de acesso ao crédito e a desregulamentação bancária. Com o intuito de resgatar os déficits de bancos e de investidores em dificuldade e de evitar o agravamento da crise, alguns países lançaram planos que envolviam grandes somas de fundos do próprio governo.

Essa intervenção governamental resultou no aumento da dívida pública de diversos países da União Europeia, especialmente de Portugal, da Irlanda, da Espanha e da Grécia. Os altos níveis de endividamento dos governos tornaram impraticável o pagamento ou o refinanciamento das dívidas públicas sem o auxílio de terceiros, e esses países recorreram a operações de resgate e a empréstimos da União Europeia (COMISSÃO EUROPEIA, 2015, p.10). A estrutura da Zona Euro, que consiste em uma união monetária sem uma união fiscal, isto é, sem políticas fiscais comuns, como a arrecadação unificada de impostos, dificulta e limita a capacidade dos países europeus de encontrar respostas para a crise.

É significativo notar que apenas 16% dos gregos afirmam sentirem-se mais europeus ao utilizarem o Euro, quando este é o país que, atualmente, sofre a mais grave crise econômico-financeira na Europa (EUROPEAN COMMISSION, 2014, p.14). A recente vitória do partido de esquerda Syriza nas eleições gregas demonstra a insatisfação da população com os pacotes de austeridade acordados com a Troika, uma comissão tripartida formada pela Comissão Europeia, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Central Europeu. Para a Grécia, a cultura (34%) e os valores (26%), mais do que a economia (23%), são as áreas que criam um sentimento de comunidade entre os cidadãos da União Europeia (COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p.19).

Mesmo assim, pode-se inferir que, em certa medida, países que pertencem à Zona Euro tendem a identificarem-se mais como europeus do que aqueles que não adotaram a moeda comum. Segundo o *Eurobarometer*, 63% da população da Eurozona se identificam como europeu, de alguma forma, seja nas opções “nacional e europeu”, “europeu e nacional” ou “apenas europeu”, enquanto para os países fora da união monetária esse percentual cai para 49%. Ademais, nos países pertencentes à Zona Euro, a porcentagem daqueles que se identificam como “apenas nacional” é de 34%, enquanto a daqueles que se descrevem como “nacional e europeu” fica em 54%. Seguindo a lógica inversa, quase metade das pessoas (49%) que vivem em países que não adotaram o Euro se identifica como “apenas nacional” (COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p. 12).

Esses dados apontam para a tendência de que a moeda comum funciona como um marco identitário europeu ao trazer para o cotidiano dos cidadãos da Zona

Euro um elemento que simboliza a supranacionalidade da União Europeia e ao reiterar o sentimento de europeidade no imaginário popular. Tal fato é reforçado pelos dados referentes à percepção das populações de países não membros. De acordo com pesquisa do *Eurobarometer*, seis (Bulgária – 46%, Croácia – 55%, Hungria – 59%, Reino Unido – 52%, República Tcheca – 57% e Romênia – 61%) dos atuais nove países fora da Eurozona apresentam percentuais abaixo da média europeia (65%) em resposta afirmativa à pergunta: “Você se sente cidadão da União Europeia?”. Dinamarca (73%), Lituânia⁸ (71%), Polônia (77%) e Suécia (77%) tiveram porcentagens acima da média (COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p.7-8).

É importante lembrar que este artigo procura estabelecer uma correlação entre a adoção de uma moeda comum e a construção de uma identidade europeia mediante a reificação de uma determinada comunidade imaginada, a Zona Euro; no entanto, a identificação com a União Europeia, conforme já mencionado anteriormente, varia conforme as respectivas identidades nacionais e deriva também de diversos domínios, como a cultura, a economia, os esportes, os valores, a geografia, o idioma, entre outros. No caso da Dinamarca (cultura – 32%; esportes – 28%, valores – 26%, economia 25%) e da Suécia (história – 27%, cultura, valores e geografia – 25%, economia 22%), por exemplo, outras áreas aparecem antes da economia como relevantes para o sentimento de europeidade (COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p. 19). Com base nesses dados, talvez seja possível explicar porque, em ambos os países, que não fazem parte da Zona Euro, a porcentagem da população que afirmou sentir-se cidadã da União Europeia é superior à média do bloco. Para dinamarqueses e para suecos, o sentimento de pertencimento à União Europeia está mais relacionado com a existência de uma cultura comunitária e de valores compartilhados do que a critérios econômicos, como a união monetária.

Ao contrário, na Polônia (economia – 30%, cultura – 24%, história e idioma – 16%) e na Lituânia (economia – 31%, cultura – 30%, esportes – 23%), a economia aparece como um dos principais domínios responsável pelo sentimento de comunidade europeia (COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p. 19). Para os países do leste europeu, o critério econômico assume um papel importante no processo de

⁸ Em 2014, quando foi realizada a pesquisa, a Lituânia ainda não fazia parte da Zona Euro.

integração com a União Europeia, pois significa a superação do passado comunista-soviético e a elevação à condição de país desenvolvido. No caso da Polônia, a discussão sobre a adesão à Eurozona voltou ao debate nacional nos últimos anos. Apesar da insegurança dos polacos em relação à atual situação da União Econômica e Monetária, depois da crise da dívida soberana, o presidente Bronislaw Komorowski pretende acelerar o processo de adoção da moeda comum. De acordo com o líder polonês, “continuando fora da Zona Euro, é possível assegurar que a Polônia desempenha um papel significativo na arena internacional? A minha opinião é de que é impossível” (PIRES, 2014). A Polônia, cada vez mais, tem exigido um papel de preponderância dentro da União Europeia, visto que representa a maior economia do leste, e a integração econômica juntamente com a unificação monetária são etapas importantes desse processo; no entanto, conforme explica Marek Belka (2015), presidente do Banco Central da Polônia, antes de o país adotar o Euro, é preciso considerar três condições econômicas internas fundamentais: sua competitividade internacional, a flexibilidade de seu mercado de trabalho e a riqueza de suas finanças públicas.

Em outros países do leste europeu, como a Bulgária (24%), a Hungria (29%) e a Romênia (19%), a economia também apareceu como o primeiro item que contribui para a sensação de europeidade (COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p. 19). Talvez esses dados possam explicar porque estes países, que não fazem parte da Eurozona, apresentaram percentuais abaixo da média em resposta à pergunta “Você se sente cidadão da União Europeia?”. Como a economia é um dos principais fatores responsáveis pela sensação de pertencimento à comunidade supranacional, a integração econômica e seu aprofundamento mediante a adoção do Euro representam elementos importantes na construção da identidade europeia.

A tabela abaixo procura ilustrar a relação entre a participação na Zona Euro e um maior sentimento de pertencimento à União Europeia, no que pode ser compreendido como uma maior identificação com a identidade europeia. O quadrante inferior esquerdo, com 15 países, reforça associação entre os membros da Zona Euro e um maior sentimento de europeidade, assim como o quadrante superior direito, com seis países, tende a indicar a relação entre os países não-membros da Eurozona e um percentual abaixo da média europeia em resposta a pergunta “Você

se sente cidadão da União Europeia?”. Em 2014, quando foi realizada a pesquisa do *Eurobarometer*, a Lituânia ainda não fazia parte da Zona Euro; no entanto, com sua adesão à União Econômica e Monetária em 2015, o país passou do primeiro para o terceiro quadrante.

		Sentimento de pertencimento à UE (Você se sente cidadão da UE?)⁹	
		Acima da média europeia (≥65%)	Abaixo da média europeia (>65%)
Zona Euro	NÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamarca • Lituânia¹⁰ • Polônia • Suécia 	<ul style="list-style-type: none"> • Bulgária • Croácia • Hungria • Reino Unido • República Tcheca • Romênia
	SIM	<ul style="list-style-type: none"> • Alemanha • Áustria • Bélgica • Eslováquia • Espanha • Estônia • Finlândia • França • Irlanda • Letônia • Luxemburgo • Malta • Países Baixos • Portugal • Sérvia 	<ul style="list-style-type: none"> • Chipre • Grécia • Itália

Desta forma, é interessante observar as mudanças que ocorreram em países que adentraram recentemente à Zona Euro e o impacto que a adesão da moeda comum teve sobre o sentimento de identificação como europeu. No caso da Letônia, que entrou para a Zona Euro em 1º de janeiro de 2014, observa-se um relativo crescimento na porcentagem de pessoas que afirmaram sentirem-se europeias. Em 2013, as pesquisas do *Eurobarometer* registraram que 56% da população letã sentiam-se cidadãos da União Europeia (COMMISSION EUROPÉENNE, 2013, p.24), e, em 2014, esse percentual subiu para 62% (COMMISSION EUROPÉENNE,

⁹ Referente à pesquisa do *Eurobarometer* realizada em 2014 (COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p.7).

¹⁰ Em 2014, quando foi realizada a pesquisa, a Lituânia ainda não fazia parte da Zona Euro.

2014, p.7). Ademais, nos últimos três anos houve uma redução na porcentagem de cidadãos letões que se identificavam como “apenas nacional” (2012 - 55%; 2013 - 46%; 2014 - 45%) e um aumento nos que se consideravam “nacional e europeu” (2012 - 31%; 2013 - 41%; 2014 - 44%) (COMMISSION EUROPÉENNE, 2013, p.29; COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p.12). Vale ressaltar que o questionamento feito em 2013 era “Em um futuro próximo, como você se identifica?”; por esta razão, observa-se essa drástica diferença entre esses dois anos, considerando que, no referido ano, grande parte da população letã vislumbrava que, no futuro próximo, isto é, em 2014, já faria parte da Eurozona. Nesse sentido, integrar a Zona Euro contribuiu, em alguma medida, para a consolidação do sentimento de europeidade na Letônia.

Para a Lituânia, que adentrou a Eurozona em 1º de janeiro de 2015, observa-se uma situação similar, embora ainda não existam dados referentes ao sentimento de cidadania/identidade europeia no ano de 2015. À semelhança do vizinho báltico, nos últimos anos, observou-se um aumento percentual da população que se identifica como europeia. Em 2013, 65% dos lituanos (COMMISSION EUROPÉENNE, 2013, p.24) responderam afirmativamente à pergunta “Você se sente cidadão da União Europeia?”, enquanto, em 2014, essa porcentagem subiu para 71% (COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p.7). Da mesma maneira, o número de pessoas que se identificavam como “apenas nacional” diminuiu de 59%, em 2012, para 45%, em 2013, enquanto o percentual daqueles que escolheram a opção “nacional e europeu” cresceu de 32%, em 2012, para 42%, em 2013 (COMMISSION EUROPÉENNE, 2013, p.29), alcançando 49%, em 2014 (COMMISSION EUROPÉENNE, 2014, p.12.).

Ademais, de acordo com a pesquisa realizada pelo *Eurobarometer* em janeiro de 2015, após a adoção do Euro, houve um grande aumento na proporção de pessoas que afirmaram que a introdução da moeda única teria consequências positivas para a Lituânia: atualmente, cerca de dois terços da população (63%) entendem que o Euro terá um impacto benéfico para o país contra os 44% de setembro de 2014 e os 35% de abril de 2013. (EUROPEAN COMMISSION, 2015-a, p.5). Apesar das recentes mudanças, ainda é preciso acompanhar mais detalhadamente quais serão os futuros

efeitos da adoção do Euro nestes países, especialmente em relação à consolidação do sentimento de europeidade.

É importante considerar também que o atual momento de instabilidade da moeda comum e a possibilidade de que algum país, mormente a Grécia, saia da união monetária aumenta a insegurança em relação à Zona Euro, principalmente entre os países que ainda não aderiram à moeda única, mas são legalmente obrigados a adotá-la assim que sejam cumpridos os critérios de convergência. A euforia do Euro em 2002 foi substituída por uma relativa desilusão após a crise financeira de 2008. Mesmo assim, apesar das adversidades que a Eurozona vem enfrentando com a crise da dívida soberana, novos países continuam aderindo ao bloco, como a Letônia, em 2014, e a Lituânia, em 2015. Na medida em que aumenta o número de Estados-membros, crescem também as dificuldades em elaborar uma política monetária unificada com países tão diversos. O fortalecimento do Euro é um dos principais desafios da União Europeia nos próximos anos e está diretamente relacionado à constituição de uma identidade europeia compartilhada.

Conclusão

Apesar dos dados ainda incipientes, a relação entre integração europeia e consolidação institucional, de um lado, e a evolução das identidades europeias, do outro, tende a estabelecer-se em ambos os sentidos. Desta forma, o aumento da presença da União Europeia no dia a dia da população afeta a identificação com a Europa como uma comunidade política, ao mesmo tempo em que o apoio à integração e o sentimento de pertencimento a essa Europa comunitária tendem a impulsionar o processo de construção institucional. De acordo com Risse (2002, p.6), a constituição da identidade europeia não se relaciona com campanhas informativas sobre a União Europeia, mas, sim, com a reificação dessa comunidade no cotidiano dos cidadãos. Nesse sentido, o Euro exerce uma função importante como símbolo identitário de um determinado grupo.

Os dados das pesquisas de opinião do *Eurobarometer* permitem inferir que, em certa medida, países pertencentes à Zona Euro tendem a identificar-se mais como europeus do que aqueles que não aderiram à moeda comum. A representação de um

determinado grupo, a Eurozona, por meio de algo concreto, a circulação de notas e de moedas de Euro, auxilia no processo de construção e de internalização da identidade europeia; todavia, não há uma única identidade europeia, mas sim identidades europeias que se moldam a partir da interação entre as identidades nacionais e o quadro institucional da União Europeia.

Nesse sentido, o Euro funciona tanto como um instrumento facilitador dessa interação, ao trazer a presença da União Europeia para o cotidiano da população da união monetária, quanto como um mecanismo aglutinador e legitimador de um processo de integração mais profundo, dada a prática de uma política monetária única. Vale ressaltar que a temática do Euro e da identidade europeia não se esgota neste trabalho, pois se trata de um processo em constante reconstrução, que demanda estudos e análises contínuas. Na medida em que a União Econômica e Monetária se expande, com a adesão de novos países, é importante analisar o impacto que a moeda comum, como um símbolo identitário de um determinado grupo, tem na identificação com a própria União Europeia. Esse é um desafio pertinente para pesquisas futuras.

Referências bibliográficas

- BELKA, Marek. Os testes da Polónia para a Zona Euro. *Jornal de Negócios*. Disponível em: http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/economistas/detalhe/os_testes_da_polonia_para_a_zona_euro.html Acesso em: 23/02/2015
- CHECKEL, Jeffrey T.; KATZENSTEIN, Peter J. (Ed.) *European Identity*. Cambridge University Press, 2009.
- COMISSÃO EUROPEIA. Compreender as políticas da União Europeia: A União Económica e Monetária e o Euro. *União Europeia*, 2015.
- COMMISSION EUROPÉENNE. La citoyenneté européenne. *Eurobaromètre Standard* 79, Printemps, Mai 2013.
- COMMISSION EUROPÉENNE. La citoyenneté européenne. *Eurobaromètre Standard* 81, Printemps, Juin 2014.
- COUTINHO, Marcelo; HOFFMAN, Andrea Ribeiro; KFURI, Regina. Raio X da Integração Regional. *Estudos e cenários*, Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano/ IUPERJ/ UCAM, 2007.
- DE ANGELIS, Emma. The European Parliament's identity discourse and Eastern Europe: 1974-2004. *Journal of European Integration History*, Vol. 17, pp. 103-116, 2011
- EUROPEAN COMMISSION. EU 15 Report. *Eurobarometer* 57, Spring, October 2002.
- EUROPEAN COMMISSION. The Euro Area. *Flash Eurobarometer* 45, October 2014.
- EUROPEAN COMMISSION. Lithuania after euro changeover. *Flash Eurobarometer* 412, January 2015.
- EUROPEAN COMMISSION. One currency for one Europe: the road to Euro. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015.
- GERBET, Pierra. Quelle Citoyenneté Européenne?. *Journal of European Integration History*, Vol 6 (1), pp. 5-18, 2000.
- HYMANS, Jacques E. C. Money for Mars? The Euro banknotes and European identity. In: FISHMAN, Robert; MESSINA, Anthony (eds). *The Year of Euro: the cultural, social and political import of Europe's common currency*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2006.
- LESSA, Antônio Carlos. *A construção da Europa*. Brasília: IBRI, 2003.
- LOTH, Wilfried. Identity and Statehood in the Process of European Integration. *Journal of European Integration History*, Vol 6 (1), pp. 19-32, 2000.
- PIRES, Luís Reis. Polónia a caminho da Zona Euro?. *Económico*. Disponível em: http://economico.sapo.pt/noticias/polonia-a-caminho-da-zona-euro_204225.html. Acesso em: 23/02/2015
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira. *A União Europeia e os estudos de integração regional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- RISSE, Thomas et al. To Euro or Not to Euro? The EMU and Identity Politics in the European Union. *European Journal of International Relations*, Vol 5 (2), pp. 147-187, 1999.

- RISSE, Thomas. The Euro and Identity Politics in Europe. In: CONFERÊNCIA “THE YEAR OF THE EURO”, Nanovic Institute for European Studies, University of Notre Dame, Dec. 6-8, 2002.
- RISSE, Thomas. “European institutions and identity change: what have we learned?” In: HERRMANN, Richard; BREWER, Marylinn, RISSE, Thomas (eds). *Identities in Europe and the institutions of European Union*. Lanhan MD: Rowman & Littlefield, 2003.
- RISSE, Thomas. Neo-functionalism, European Identity, and the Puzzles of European Integration. *Journal of European Public Policy*, Special Issue, 2005.
- SAURUGER, Sabine. *Théories et concepts de l'intégration européenne*. Paris : Presses de Sciences Po, 2009.
- THE EUROPEAN OPINION RESEARCH GROUP. European Union Public Opinion on Issues Relating to Citizenship and Sense of Belonging. *Special Eurobarometer Wave 60.1*, Bruxelas: Eurobarometer, Fev., 2004.
- TOSTES, Ana Paula B. *União Europeia: o poder político do direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

Outras fontes

Site da Comissão Europeia: <http://ec.europa.eu/>

Site das Novas Notas de Euro: <http://www.new-euro-banknotes.eu/>

Anexo 1

Table 2

Key indicators (2013)	Euro area (19)	EU (28)	US	Japan	China
Population (millions)	338.6	508.4	316.5	127.3	1360.7
GDP (in € trillions calculated at purchasing power parity)	8.1	11.4	11.8	3.3	9.4
Share of world GDP (% at PPP)	13.1	18.7	19.3	5.4	15.4
Exports (goods as % of GDP)	13.6(*)	13.3(*)	9.4	14.8	23.4
Imports (goods as % of GDP)	13.1(*)	12.9(*)	13.9	17	20.6

(*) Excluding Intra-EU trade.

Source: European Commission AMECO, IMF WEO and IMF DOTS.

Anexo 2

Table 1. The Maastricht convergence criteria

What is measured	How it is measured	Convergence criteria
Price stability	Harmonised consumer price inflation rate	Not more than 1.5 percentage points above the rate of the three best performing EU countries
Sound public finances	Government deficit as % of GDP	Reference value: Not more than 3%
Sustainable public finances	Government debt as % of GDP	Reference value: Not more than 60%
Durability of convergence	Long-term interest rate	Not more than 2 percentage points above the rate of the three best performing EU countries in terms of price stability
Exchange rate stability	Deviation from a central rate	Participation in ERM for 2 years without severe tensions

Anexo 3



Anexo 4



Anexo 5

DATAS DE INTRODUÇÃO DO EURO NOS ESTADOS-MEMBROS

1999	Bélgica, Alemanha, Irlanda, Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal e Finlândia
2001	Grécia
2002	Introdução das notas e moedas de euro
2007	Eslovênia
2008	Chipre, Malta
2009	Eslováquia
2011	Estónia
2014	Letónia
2015	Lituânia